DEPUTADO FEDERAL REIMONT

Um mandato a serviço do povo



RELATÓRIO DE ATIVIDADES
(FEV 2023 A JAN 2027)

SUMÁRIO

MENSAGEM 2

CAPÍTULO 1 4
UM POLÍTICO QUE
HONRA O RIO E O BRASIL

CAPÍTULO 2 6
UM MANDATO, DUAS LEIS
APROVADAS E MAIS DE 100 PROJETOS

CAPÍTULO 3 8
MAIS QUALIDADE
PARA O POVO

CAPÍTULO 4 9
DIREITOS HUMANOS, UMA QUESTÃO
DE INTERESSE GERAL

CAPÍTULO 5 11
TRÊS DÉCADAS EM
DEFESA DAS PESSOAS

CAPÍTULO 6 12
DIREITOS HUMANOS
PRA QUE? PRA QUEM?

CAPÍTULO 7 13
DECLARAÇÃO UNIVERSAL
DOS DIREITOS HUMANOS

CAPÍTULO 8 17
AS PROPOSTAS
SEGUEM EM FRENTE

MENSAGEM

Ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva

Aos meus colegas da Câmara Federal

Aos companheiros e companheiras da bancada do PT

À minha equipe

Ao povo do Rio de Janeiro e do Brasil

Após cumprir quatro anos na Câmara Federal, encerro o meu mandato de deputado pelo Rio de Janeiro no dia 31 de janeiro de 2027. Deixo Brasília com a mais absoluta certeza de que cumpri os deveres e responsabilidades que cabem a um representante do povo.

Estive em todas as lutas em defesa da Democracia, da nossa Soberania, dos projetos do nosso governo e da agenda em favor das crianças e adolescentes, das mulheres, dos trabalhadores, dos vulneráveis, da Educação, da Saúde e da Cultura.

Atuei com medidas concretas, seja na presidência da Comissão dos Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, seja na apresentação de propostas, emendas parlamentares, articulações junto a autoridades e no enfrentamento à extrema direita, contra as sucessivas tentativas de golpe.

Na Câmara e nas ruas, estreitei a parceria que sempre mantive com os movimentos sociais, sindicais, civis e religiosos, em respeito aos princípios e valores do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras.

No curto espaço de um mandato, aprovei duas leis importantes – uma, que pune a tragédia humanitária do trabalho doméstico análogo

à escravidão, e outra, que reconhece as trabalhadoras e trabalhadores da Educação Infantil como integrantes do magistério. Deixo ainda um legado que poderá render bons frutos para a população, a partir dos mais de 100 Projetos de Lei e propostas que apresentei e que continuarão tramitando na Câmara Federal.

Sigo firme em defesa do estado de bem estar social, da Democracia, dos Direitos Humanos e de uma sociedade fraterna, justa e igualitária, contra o fascismo e a agenda ultraliberal. Vamos juntos.

Meu forte abraço a todos e muito obrigado.

Reimont

DEPUTADO FEDERAL REIMONT



CAPÍTULO 1

UM POLÍTICO QUE HONRA O RIO E O BRASIL

Professor, historiador, bancário e teólogo, Reimont atua em defesa das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros, trabalhadoras e trabalhadores e populações mais vulneráveis. É considerado um dos mais destacados parlamentares do estado do Rio de Janeiro.

Vereador da Capital do estado por quatro mandatos, em 2022, foi eleito para a Câmara Federal, onde presidiu a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara, em 2025.

Comemoração dos 30 anos da Comissão de Direitos Humanos. Foto: Fabiano Âlcantara/Câmara dos Deputados



No último ano, participou também da Comissão Especial da Imunidade Tributária (PEC005/23), da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, da Comissão Especial sobre Regulamentação dos Trabalhadores por APP (PLP 152/25) e da Comissão de Trabalho.

Atuou, ainda, como suplente, na Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais, Comissão Especial sobre o Plano Nacional de Educação 2024-2034 (PL 2614/24), Comissão de Ciência, Tecnologia e Inovação, Comissão de Administração e Serviço Público, Comissão de Educação e Comissão Especial sobre o Novo Enquadramento do Microempreendedor Individual (PLP 108/21).

Na Câmara Federal, Reimont repetiu a trajetória de trabalho e ação que construiu na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, reconhecido como um dos mandatos mais produtivos da Casa. Além das participações em plenário e nas comissões, ele coordenou a Frente Parlamentar em Defesa da População em Situação de Rua e o Núcleo de Educação do PT e foi vice-líder do PT.

Audiência Pública sobre a repressão política no campo durante a ditadura militar. Foto: Kayo Magalhães/Câmara dos Deputados



CAPÍTULO 2

UM MANDATO, DUAS LEIS APROVADAS E MAIS DE 100 PROJETOS

Em apenas uma legislatura em Brasília, Reimont bateu o recorde de projetos apresentados. Dois já viraram Leis, sancionadas pelo presidente Lula.





LEIS APROVADAS

- **Lei 15.455/2026** – de combate ao trabalho doméstico análogo à escravidão, beneficiando, principalmente, mulheres negras e idosas, maioria entre as vítimas resgatadas.
- **Lei 15.326/2026 (co-autor)** – que reconhece trabalhadores da Educação Infantil como integrantes do magistério, atendendo a uma luta histórica do movimento Somos Todas Professoras.

Reimont deixa mais de 100 proposições que continuarão tramitando na Câmara Federal. São projetos que beneficiam a população e contribuem para tornar o país mais fraterno, solidário, democrático e inclusivo.

PROJETOS DE LEI

- **PL 5621/2023** - Prioridade no Programa Minha Casa, Minha Vida para as famílias com crianças e adolescentes e com pessoas com câncer.
- **PL 3888/2024** - Gratuidade no transporte público para responsável por criança matriculada na rede pública.
- **PL 6197/2025** – Maior proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, ampliando penas aos agressores e ações de acolhimento e de reparação integral das vítimas.
- **PL 5886/2025** – Cria o Dia Nacional em Memória às Crianças e Adolescentes Vítimas da Violência, 4 de dezembro, e ações de acolhimento às famílias.
- **PL 543/2024** – Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e de Combate à Aporofobia (preconceito contra os pobres).
- **PL 5618/2023** - Institui o Termo Territorial Coletivo, que alia a gestão coletiva da propriedade territorial com a titularidade individual das construções (moradias e pequeno comércio), fortalecendo a segurança da posse individual para comunidades de baixa renda e impulsionando o desenvolvimento local.

TRABALHO, INTEGRIDADE, SOLIDARIEDADE, RESPONSABILIDADE E ÉTICA.

CAPÍTULO 3

MAIS QUALIDADE PARA O POVO

O Rio de Janeiro recebeu mais de 190 milhões de reais de emendas destinadas por Reimont, garantindo recursos para todo o estado e melhorando a vida da população.

EMENDAS DESTINADAS, POR ÁREAS:

1°	SAÚDE	R$ 100.004.440,05
2°	EDUCAÇÃO	R$ 38.375.850,41
	CULTURA	R$ 13.681.248,52
	SEGURANÇA ALIMENTAR	R$ 10.967.700,00
	DESENVOLVIMENTO URBANO	R$ 5.533.005,72
	ESPORTE	R$ 4.801.289,46
	TURISMO	R$ 4.151.308,90
	DIREITOS HUMANOS	R$ 3.936.363,00
	DESENVOLVIMENTO REGIONAL	R$ 3.168.573,01
	DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	R$ 3.108.360,00
	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	R$ 2.210.000,00
	DEFESA/SEGURANÇA	R$ 1.245.014,06
	INCLUSÃO DIGITAL	R$ 500.000,00
	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	R$ 214.000,00

TOTAL R$ 191.873.142,67



CAPÍTULO 4

DIREITOS HUMANOS, UMA QUESTÃO DE INTERESSE GERAL

Com forte militância na defesa dos Direitos Humanos, o deputado Reimont, em 2025, foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial da Câmara Federal.

Na pauta de trabalho, procurou avançar no debate público dos direitos dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, das questões climáticas e no combate ao racismo, na luta contra os desaparecimentos forçados e contra o trabalho análogo à escravidão, inclusive enfrentando empresas gigantes, como a Volkswagen.



A CDHMIR contabilizou uma série histórica de conquistas. Em um ano, foram aprovados 12 projetos, entre eles:

- Criação da Política Nacional de Repatriação de Artefatos dos Povos Originários e Tradicionais.
- Concessão de pensão especial à senhora Ivone Lotsove Lololav, mãe de Moïse Kabagambe, refugiado congolês assassinado no Rio de Janeiro.
- Criação do Dia Nacional de Combate ao Racismo Ambiental e Climático.
- Criação do Fundo de Apoio à Produção dos Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais.

A Comissão intensificou o papel de espaço aberto à sociedade civil, realizando dezenas de audiências públicas, reuniões técnicas e eventos, como:

- Jornada de Direitos Humanos 2025
- Encontro com o Conselho Indigenista Missionário e lideranças indígenas
- Relatório do Observatório Nacional Trans Formação

Debates sobre violência contra a população em situação de rua; violência do Estado; efeitos permanentes da ditadura militar de 1964; criminalização da cultura negra; violência na internet; impactos do marco temporal para os povos indígenas; combate à tortura, e desaparecimentos forçados.

Esses temas também foram levados a debates locais, a diligências regionais e a fóruns internacionais, como o 60° Encontro do Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra, na Suíça.

A CDHMIR integrou ainda as investigações em torno da Chacina nos Complexos do Alemão e da Penha, no Rio de Janeiro, realizando diligências e escutas e produzindo um relatório final entregue às autoridades.

Audiência Pública - Violência contra a população em situação de rua. Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



CAPÍTULO 5

TRÊS DÉCADAS EM DEFESA DAS PESSOAS

Em dezembro de 2025, a CDHMIR comemorou 30 anos de existência, em eventos que reafirmaram o seu compromisso civilizatório e cotidiano.

Além de um Seminário Nacional, que reuniu presidentes de comissões de Direitos Humanos de assembleias legislativas e de câmaras municipais de capitais, realizou uma sessão solene em 10 de dezembro de 2025 (Dia Internacional dos Direitos Humanos), marcando oficialmente as três décadas de resistência e atuação da comissão, com a presença de parlamentares, autoridades federais e representantes de entidades como o Conselho Federal de Psicologia (CFP).

Uma exposição de painéis bordados à mão retratou os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro 1948, atualmente, assinada por todos os 193 países-membros da ONU.

> *"Celebrar os 30 anos da CDHMIR é reafirmar que a dignidade humana está no centro de qualquer democracia."*

30 anos

DE RESISTÊNCIA, MEMÓRIA E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

CAPÍTULO 6

DIREITOS HUMANOS PRA QUE? PRA QUEM?

> Direitos humanos não são um conjunto de coisas aleatórias e nem uma desculpa pra defender bandidos. São direitos básicos, elementares, que devem beneficiar todas as pessoas, para que todos tenham uma vida decente, uma vida digna.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos trata de questões bem cotidianas: comida na mesa, acesso a documentos, direito a água, terra, moradia, trabalho digno, renda, educação, saúde, lazer, descanso, justiça, cultura, meio ambiente saudável, vida sem violência, respeito à diversidade religiosa, à cultura e à dignidade de cada pessoa.

NÃO É COISA DE BANDIDO; É COISA DA VIDA HUMANA.

O Brasil é historicamente estruturado na violação desses direitos, por conta da desigualdade, racismo, misoginia, machismo, xenofobia e na criminalização dos mais empobrecidos, dos negros, dos povos originários, das comunidades LGBTQIA+, dos vulneráveis e dos que parte da sociedade julga diferentes e menos merecedores de direitos. Ao longo dos 525 anos, desde o período colonial, ocupamos um triste destaque em delitos diversos contra os direitos humanos. Mas, ainda assim, temos avançado e continuamos na luta.



CAPÍTULO 7

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Artigo 1
Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

Artigo 2
Direito a gozar dos princípios da Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Artigo 3
Direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.

Artigo 4
Ninguém será mantido em escravidão ou servidão.

Artigo 5
Ninguém será submetido à tortura e a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante.

Artigos 6, 7 e 8
Todo ser humano tem o direito de ser reconhecido como pessoa perante a lei, sem qualquer discriminação.

Artigos 9, 10 e 11

Ninguém será arbitrariamente preso, detido ou exilado. Todos têm direito à Justiça e à presunção de inocência, até o julgamento.

Artigo 12

Direito à proteção da lei contra interferências e ataques na vida privada, na sua família, no seu lar ou na sua correspondência, a sua honra e reputação.

Artigo 13

Direito de ir e vir, com livre locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado, inclusive fora do seu país de origem.

Artigo 14

Direito de procurar e de gozar asilo em outros países, exceto por crimes comuns ou por atos contrários aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Artigo 15

Todo ser humano tem direito a uma nacionalidade e de mudar de nacionalidade.

Artigo 16

Direito a casar e fundar uma família, com livre consentimento mútuo e em igualdade de condições.

Artigo 17

Direito à propriedade, só ou em sociedade com outros.

Artigo 18

Todo ser humano tem pleno direito à liberdade de pensamento, consciência e religião.

Artigo 19
Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão.

Artigo 20
Direito à liberdade de reunião e associação pacífica.

Artigo 21
Direito de integrar o governo de seu país diretamente ou por intermédio de eleições livres, periódicas e legítimas.

Artigo 22
Todo ser humano tem direito à segurança e proteção social.

Artigo 23
Direito ao trabalho digno, à livre escolha de emprego, à proteção contra o desemprego e a uma remuneração que lhe assegure, assim como à sua família, dignidade humana.

Artigo 24
Todo ser humano tem direito a repouso e lazer, inclusive a limitação razoável das horas de trabalho e a férias remuneradas periódicas.

Artigo 25
Direito a saúde, bem-estar, alimentação, vestuário, habitação e serviços sociais que garantam segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros. A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção.

Artigo 26
Direito à educação gratuita.

Artigo 27
Direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

Artigo 28
Direito a uma ordem social e internacional em que os direitos e liberdades estabelecidos na presente Declaração possam ser plenamente realizados.

Artigo 29
Todo ser humano tem deveres para com a comunidade, estando sujeito apenas às limitações determinadas pela lei e pelos princípios da ONU.

Artigo 30
Nenhum Estado, grupo ou pessoa pode exercer qualquer atividade ou praticar qualquer ato destinado à destruição de quaisquer dos direitos e liberdades na Declaração.

Audiência Pública - Violência letal contra crianças e adolescentes no Brasil. Foto: Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



CAPÍTULO 8

AS PROPOSTAS SEGUEM EM FRENTE

O fim do mandato não significa o fim da participação de Reimont na Câmara Federal. Ele deixa mais de 100 proposições que continuam em andamento, em projetos individuais ou apresentados coletivamente.

Veja aqui e acompanhe.

PROPOSIÇÕES

Identificação	Finalidade
PL 5703/2026	Amplia a articulação entre a Saúde, a Assistência Social e as instituições de longa permanência para pessoas idosas, garantindo mais qualidade para atendidos pelo Subsistema de Atendimento e Internação Domiciliar do Sistema Único de Saúde (SUS).
PL 5642/2026	Estende a Gratificação de Qualificação (GQ) aos titulares de cargos de provimento efetivo de nível auxiliar integrantes do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar.
PL 5625/2026	Permite a oferta de cursos de formação de vigilantes na modalidade semipresencial.

Identificação	Finalidade
PL 5430/2026	Determina a oferta de unidades de acolhimento temporário para filhos menores de trabalhadores formais, informais, ambulantes, catadores de materiais recicláveis e demais pessoas que desempenhem atividades laborais vinculadas a eventos de grande porte ou festividades populares.
PL 5403/2026	Estende as garantias protetivas da Lei Maria da Penha a todas as mulheres vítimas de violência baseada no gênero, dentro ou fora dos relacionamentos domésticos.
PL 5345/2026	Proíbe a suspensão do pagamento de benefícios da Previdência Social às pessoas consideradas civilmente incapazes que atingirem a maioridade, sem a prévia notificação do seu representante legal.
PLP 234/2026	Destina parte da Receita Corrente Líquida às Defensorias Públicas dos Estados e do Distrito Federal.
PL 5004/2026	Institui diretrizes para a criação de programas de Passe Livre destinado a atletas e paratletas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
PL 4923/2026	Estabelece a idade mínima de 62 (sessenta e dois) anos para a concessão do BPC à mulher.
PL 4885/2026	Rgulamenta a atribuição de títulos profissionais, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais de Administração, para fins de identificação do exercício profissional.

PL 3231/2026	Proíbe a comunicação mercadológica, a publicidade, a propaganda, o marketing e o patrocínio de apostas de quota fixa nos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens prestados mediante concessão, permissão ou autorização da União.
PL 2878/2026	Fixa diretrizes para o atendimento educacional em ambiente hospitalar ou de cuidados domiciliares de saúde para estudantes da educação básica e superior.
PL 2460/2026	Assegura a gratuidade no transporte coletivo público urbano e semiurbano às pessoas idosas a partir de 60 (sessenta) anos de idade.
PL 2459/2026	Institui a Lei Samara Regina Dutra, para a proteção da pessoa trabalhadora doméstica contra a violência laboral.
PL 2428/2026	Estabelece diretrizes para a integração de empreendimentos habitacionais de interesse social às políticas urbanas e de saneamento básico.
PL 2409/2026	Dispõe sobre a garantia de fornecimento gratuito e contínuo de produtos nutricionais e dietéticos para pessoas com falhas inatas do metabolismo no âmbito do SUS.

Identificação	Finalidade
PL 2408/2026	Institui o Programa Nacional de Atenção Terapêutica Complementar para Crianças e Adolescentes com Transtornos do Neurodesenvolvimento no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS.
PL 2406/2026	Estabelece normas gerais aplicáveis aos atendimentos não presenciais prestados ao consumidor por fornecedores de produtos e serviços, disciplina o uso de sistemas automatizados, assegurando a disponibilização de atendimento humano.
PL 2141/2026	Dispõe sobre o adicional de insalubridade devido aos trabalhadores da defesa agropecuária.
PLP 122/2026	Institui o regime jurídico aplicável ao trabalho plataformizado no serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros, assegurando proteção social e remuneração justa.
PL 1895/2026	Recategoriza a unidade de conservação Área de Relevante Interesse Ecológico Floresta da Cicuta para Refúgio de Vida Silvestre Floresta da Cicuta, nos Municípios de Volta Redonda e Barra Mansa, Estado do Rio de Janeiro, altera seus limites e dá outras providências.
PL 1354/2026	Estabelece o direito real de uso de bens imóveis da União em favor de pescadores artesanais e comunidades tradicionais, para fins de moradia e exercício da atividade pesqueira.

PL 981/2026	Institui o Dia Nacional da Museologia Social, a ser celebrado anualmente em 8 de maio, data de fundação do Museu da Maré, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.
PL 6419/2025	Dispõe sobre a criminalização de atos de incitação, promoção ou financiamento de discursos e práticas misóginas organizadas, incluindo subculturas e grupos que pregam ódio, violência ou discriminação contra mulheres, e dá outras providências.
PL 6197/2025	Fortalece a proteção de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, ampliando a responsabilização dos agressores e assegurando o direito à reparação integral das vítimas.
PL 6196/2025	Estabelece a implementação intersetorial da Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente, com ênfase em ações educativas e de articulação federativa. Assegura a prevenção da violência sexual, inclusive por meios digitais, no âmbito doméstico, familiar e escolar, garantindo o direito da criança e do adolescente de comunicar a ocorrência de violência.
PL 5937/2025	Fixa procedimentos obrigatórios de comunicação imediata à Interpol e atualização de bases internacionais em casos de suspensão, apreensão ou cancelamento de passaportes.

Identificação	Finalidade
PL 5886/2025	Institui o Dia Nacional em Memória às Crianças e Adolescentes Vítimas da Violência e estabelece diretrizes para ações de acolhimento às famílias, a ser lembrado anualmente em 4 de dezembro.
PL 5068/2025	Revoga os dispositivos da Lei das Contravenções Penais (de 1941) que tipificam ou versam sobre condutas de vadiagem e de mendicância.
PLP 218/2025	Cria o "Orçamento da Criança e do Adolescente" e determina a publicação de relatório anual de sua execução, em consonância com o princípio da prioridade absoluta estabelecido no art. 227 da Constituição Federal.
PL 4339/2025	Aprimora a representação e a proteção dos créditos dos trabalhadores nos processos de recuperação judicial e falência.
PL 4156/2025	Suprime a proibição de indicação de dirigentes sindicais para o Conselho de Administração e para a diretoria de empresa pública, sociedade de economia mista e suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
PL 3808/2025	Dispõe sobre a obrigatoriedade de comunicação, pelos síndicos dos condomínios residenciais e comerciais, aos órgãos de segurança pública específicos, da ocorrência de violência doméstica contra mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas e animais.

PL 3802/2025	Estabelece regras para o exercício profissional da quiropraxia, incluindo registro, competências e requisitos para a atuação na área da saúde.
PL 3246/2025	Propõe a regulamentação da quiropraxia no âmbito da Fisioterapia, definindo critérios de habilitação e atuação dos profissionais.
PL 3134/2025	Institui o Sistema Nacional de Transparência da Reconstrução Educacional – SINTRE, com o objetivo de garantir a publicidade, o controle social e a fiscalização dos recursos e ações destinados à recuperação da educação pública em situações de emergência e calamidade.
PL 3133/2025	Institui a Política Nacional de Cooperação Pública em Educação – CPE, com o objetivo de promover a cooperação entre entes federados e instituições públicas de ensino e pesquisa, para apoio técnico, pedagógico e de gestão à educação pública, especialmente em contextos de emergência ou calamidade.
PL 3132/2025	Institui diretrizes nacionais para a criação de Núcleos de Gestão de Crises Educacionais (NGCEs) no âmbito dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação, em regime de colaboração federativa.
PL 3131/2025	Dispõe sobre a atuação obrigatória dos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Educação no monitoramento da reconstrução educacional em situações de emergência ou estado de calamidade pública.

Identificação	Finalidade
PL 3130/2025	Destina recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima a ações voltadas à reconstrução, ao fortalecimento da rede pública de ensino e à promoção da Resiliência Escolar Climática em territórios atingidos por eventos climáticos extremos.
PL 2196/2025	Dispõe sobre a jornada do profissional de teleatendimento, telemarketing e Telefonistas.
PL 1470/2025	Institui o "Dia Nacional da Dança e Educação Corporal Angel Vianna", a ser celebrado anualmente em 17 de junho.
PL 1469/2025	Dispõe sobre a obrigatoriedade de adaptação de banheiros públicos para ostomizados em todo o Território Nacional.
PL 4466/2024	Estabelece regras de proteção e defesa das pessoas idosas contra jogos de azar.
PL 3888/2024	Assegura transporte público gratuito aos responsáveis pela criança matriculada em instituição de ensino da educação infantil ao ensino fundamental da rede pública.
PL 3767/2024	Dispõe sobre o financiamento imobiliário para servidores públicos estatutários.

PL 3529/2024	Obriga as empresas do setor têxtil a identificarem as peças de vestuário produzidas com meios acessíveis às pessoas com deficiência visual, seja com etiquetas em braile ou outros, bem como a disponibilizarem informações adicionais sobre o produto por meio de QR CODE em todo território nacional.
PL 3371/2024	Dispõe sobre a coleta de resíduos recicláveis durante e após a realização de grandes produções de eventos festivos e esportivos públicos ou privados realizados em áreas públicas em todo território nacional.
PDL 314/2024	Susta os efeitos do Decreto nº 9.329, de 4 de abril de 2018, que altera o Anexo ao Decreto nº 84.134, de 30 de outubro de 1979, que regulamenta a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978.
PL 1690/2024	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para determinar que as embalagens e a publicidade de dispositivos móveis incluam informações sobre o programa Celular Seguro BR do Governo Federal.
PL 1230/2024	Estabelece cota para pessoas em situação de rua, inscritas no Cadúnico, para provimento de cargo, emprego ou funções na administração pública federal.

Identificação	Finalidade
PL 697/2024	Isenta as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, do pagamento de taxa de inscrição em concursos e processos seletivos para provimento de cargo, emprego ou funções na administração pública federal.
PL 609/2024	Dispõe sobre incentivos à inserção de mulheres com mais de 50 anos no mercado de trabalho.
PL 355/2024	Institui a campanha permanente de combate à aporofobia nas escolas públicas e privadas de todos os Estado do Brasil e dá outras providências.
PL 5936/2023	Acrescenta dispositivo à CLT, para dispor sobre assédio moral no mundo trabalho.
PL 5874/2023	Estabelece o piso salarial nacional dos profissionais que integram as equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social.
PL 5820/2023	Institui o Programa Nacional de Salvaguarda, Fomento e Incentivo ao Samba Brasileiro.
PL 5675/2023	Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.
PL 5621/2023	Estabelece prioridade no acesso ao Programa Minha Casa, Minha Vida algumas categorias de famílias, especialmente aquelas com crianças e adolescentes e com pessoas com câncer.

PL 5620/2023	Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Naturólogo e institui o Dia Nacional do Naturólogo.
PL 5619/2023	Institui o Programa Nacional do Afroempreendedor.
PL 5618/2023	Institui o Termo Territorial Coletivo, que alia a gestão coletiva da propriedade territorial com a titularidade individual das construções (moradias e pequeno comércio), que fortalece a segurança da posse individual para comunidades de baixa renda e impulsiona o desenvolvimento comunitário.
PL 4034/2023	Dispõe sobre o fornecimento obrigatório, por estabelecimentos varejistas de autosserviço, de serviços de ensacamento ou empacotamento de compras nas condições que especifica.

PROPOSIÇÕES COLETIVAS

PL 5689/2026	Pune a discriminação por voto ou convicção política no trabalho e na atividade econômica; inclui na Lei nº 9.029, de 1995, o voto e a convicção política entre os motivos de discriminação vedados nas relações de trabalho.
PL 5076/2026	Institui a Lei de Proteção da Soberania Econômica Nacional contra a Aplicação Extraterritorial de Medidas Estrangeiras, dispõe sobre a proteção das pessoas submetidas à jurisdição brasileira contra medidas coercitivas unilaterais incompatíveis com o ordenamento jurídico nacional.

Identificação	Finalidade
PL 5042/2026	Determina que as despesas de capital e parcela das despesas custeadas com receitas próprias de autarquias federais não sejam alcançadas pelo mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira previsto na LRF, e não sejam incluídas na base de cálculo e nos limites estabelecidos no Novo Arcabouço Fiscal para as despesas primárias do Governo Federal.
PL 4784/2026	Cria e regula o funcionamento de Cooperativas Solidárias destinadas à promoção social da cidadania, da organização coletiva mutualista e dos direitos fundamentais de vida digna.
PL 3479/2026	Estabelece o marco legal do Registro Nacional de Beneficiários Finais, dispondo sobre a integração, atualização, verificação, interoperabilidade e acesso às informações relativas aos beneficiários finais de pessoas jurídicas e estruturas legais, e fortalecendo os mecanismos de prevenção à lavagem de dinheiro, corrupção, evasão fiscal, ocultação patrimonial e infiltração da criminaliza organizada na economia formal.
PL 3377/2026	Regula a contratação pública de bens e serviços artesanais.
PEC 13/2026	Permite a concessão de créditos do Imposto sobre Bens e Serviços para o fomento indireto a doadores e patrocinadores de projetos culturais e esportivos.

PL 2478/2026	Dispõe sobre a proteção da saúde mental, do consumidor e da economia familiar no ambiente de apostas de quota fixa e jogos online, com ênfase na prevenção e redução de danos.
PL 1853/2026	Autoriza a União a instituir empresa estatal, ou subsidiária de sociedade de economia mista federal, para atuar na distribuição de combustíveis, biocombustíveis e gás liquefeito de petróleo (GLP), autoriza a recomposição da presença pública em ativos estratégicos do abastecimento nacional, e estabelece diretrizes para a soberania energética, a segurança do abastecimento, a modicidade de preços e a defesa do consumidor.
PL 1808/2026	Proíbe a exploração, a oferta, a promoção e a facilitação de apostas de quota fixa em todo o território nacional, estabelece medidas de bloqueio de acesso, remoção de aplicações, interrupção de fluxos financeiros, responsabilização de intermediários e proteção de conteúdos de interesse público.
PL 1755/2026	Fixa normas e a obrigatoriedade de transparência na identificação da titularidade e responsabilidade empresarial nos postos revendedores de combustíveis.
PL 1754/2026	Institui a TerraBras, empresa pública destinada à defesa da soberania nacional e ao aproveitamento dos minerais críticos ou estratégicos; estabelece o regime de partilha da produção mineral, e dá outras providências.

Identificação	Finalidade
PL 1157/2026	Fixa mecanismos de proteção e assistência integral à vítima de crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, com foco no atendimento especializado e na não revitimização.
PL 1138/2026	Institui a Política Nacional de Programas e Grupos Reflexivos sobre Masculinidades, Prevenção da Violência e Cultura de Paz, estabelece seus princípios, objetivos e diretrizes.
PL 1008/2026	Estabelece princípios e diretrizes para a cobertura jornalística e publicitária da violência contra a mulher, promovendo a informação responsável e a proteção das vítimas, com respeito à liberdade de imprensa.
PEC 49/2025	Altera o § 4° do art. 220 da Constituição Federal para dispor sobre restrições legais à propaganda de qualquer modalidade lotérica.
PEC 48/2025	Altera o inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal para permitir a acumulação de cargos públicos por outros profissionais da área da educação.
PL 5736/2025	Dispõe sobre o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e a garantia dos seus direitos.

PL 5076/2025	Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), quanto à destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa.
PEC 31/2025	Altera os arts. 5° e 10 da Emenda Constitucional n° 103, de 12 de novembro de 2019, para reduzir a idade de aposentadoria da mulher ocupante de cargo de agente penitenciário, agente socioeducativo ou de policial dos órgãos referidos.
PL 3401/2025	Disciplina, em âmbito nacional, a aplicação do limite máximo remuneratório mensal de agentes políticos e públicos de que tratam o inciso XI do caput e os § 9° e § 11 do art. 37 da Constituição.
PL 3197/2025	Altera a CLT para definir a duração normal de trabalho semanal, suas repercussões nas horas suplementares e no trabalho em regime de compensação ou de plantão.
PL 2904/2025	Cria o Programa de Acolhimento ao Migrante Retornado.
PEC 21/2025	Torna imprescritível os crimes sexuais quando cometidos contra menores de doze anos de idade.
PEC 17/2025	Institui o piso salarial dos servidores policiais civis e militares e bombeiros militares.

Identificação	Finalidade
PEC 12/2025	Altera o art. 50 da Constituição da República, para incluir o Presidente do Banco Central no rol das autoridades passíveis de convocação pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, ou quaisquer de suas Comissões, para prestar informações sobre assunto previamente determinado.
PEC 10/2025	Altera o Artigo 133° da Constituição Federal, que dispõe sobre a importância do exercício do advogado, junto à administração da justiça.
PLP 50/2025	Dispõe sobre as hipóteses de dispensa da demonstração de exigências para transferências voluntárias em situações de emergência ou calamidade pública.
PEC 8/2025	Dá nova redação ao inciso XIII, do artigo 7° da Constituição Federal para dispor sobre a redução da jornada de trabalho para quatro dias por semana no Brasil.
PLP 9/2025	Institui o Imposto Sobre a Propriedade de Arma de Fogo - IPAF, de competência da União, e dá outras providências.
PL 4376/2024	Dispõe sobre a criação da Política Nacional de Prevenção de Quedas entre Pessoas Idosas e dá outras providências.
PLP 165/2024	Altera a Lei Complementar n° 200, de 2023, para excluir dos limites do Novo Arcabouço Fiscal as despesas que especifica.

PEC 23/2024	Acrescenta o §2° no Art. 4° da Constituição para acrescentar a integração dos países de língua portuguesa entre os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.
PEC 21/2024	Altera o art. 198 da Constituição Federal, para promover o enquadramento dos servidores públicos federais ocupantes do cargo de auxiliar de enfermagem para a carreira dos técnicos de enfermagem.
PEC 20/2024	Institui o Regime Extraordinário Fiscal, Financeiro e de Contratações destinado ao enfrentamento de calamidade pública e à reconstrução da infraestrutura física e social no Estado do Rio Grande do Sul, bem como ao suporte direto às famílias afetadas.
PEC 14/2024	Altera o art. 6° da Constituição Federal, para positivar o direito aos cuidados no rol de direitos sociais.
PL 5727/2023	Altera a Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, para estabelecer estratégia relativa à ampliação da oferta de serviços de psicologia e de serviço social pelas redes públicas de educação.
PL 5686/2023	Dispõe sobre mecanismos comunicacionais para prevenção e combate à violência em âmbito escolar.

Identificação	Finalidade
PL 5539/2023	Cria a lei Ana Benevides, que dispõe sobre o fornecimento obrigatório e gratuito de água potável em eventos artísticos, shows e festivais de música.
PEC 25/2023	Acrescenta o Capítulo IX ao Título VIII para oferecer diretrizes sobre o direito social ao transporte previsto no art. 6° e sobre o Sistema único de Mobilidade e autoriza a União, Distrito Federal e Municípios a instituírem contribuição pelo uso do sistema viário, destinada ao custeio do transporte público coletivo urbano.
PEC 23/2023	Acrescenta o artigo 135-A e Seção V ao Capítulo IV, Das Funções Essenciais à Justiça e altera o disposto no § 4-B do art. 40 todos da Constituição Federal.
PEC 9/2023	Altera a Emenda Constitucional n° 117, de 5 de abril de 2022, impondo aos partidos políticos a obrigatoriedade da aplicação de recursos financeiros para as candidaturas de pessoas pretas e pardas; estabelece parâmetros e condições para regularização e refinanciamento de débitos de partidos políticos; e reforça a imunidade tributária dos partidos políticos conforme previsto na Constituição Federal.
PEC 2/2023	Dá nova redação ao art. 6° da Constituição Federal, ao inserir a CULTURA no rol de nossos direitos sociais.


Deputado REIMONT
Presidente da CDHMIR

DEPUTADO FEDERAL REIMONT



IMPRESSO NA GRÁFICA DA CAMARA DOS DEPUTADOS